

FORMULÁRIO DE PLANEJAMENTO

COMISSÃO: DIREITO DE FAMÍLIA E PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

PRESIDÊNCIA: DRA. CRISTIANE DE ALBUQUERQUE

Evento presencial - Data: 06/07/2023 e 07/07/2023, a partir das 14 h.

DATA(S) COMEMORATIVA(S) RELEVANTE(S) PARA A COMISSÃO: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.242/de 12 de outubro de 1991 - Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Lei Estadual nº 9.896/ 09 de junho de 1993 - Cria os Juizados Especiais Regionais da Infância e Juventude e dá outras providências;

Março

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dr. Bruno Lima**

Atividade: **Live**

Tema: Membro responsável: Dr. Bruno Lima- live

Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019- Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência; Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016- Lei da primeira infância; Lei nº 12.594/de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional;

Março

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dra Nathália Vitória**

Atividade: **Artigo.**

Tema: Casamento- Natureza jurídica- Casamento civil e casamento religioso de efeitos civis. Capacidade. Impedimentos. Causas suspensivas. Habilitação e celebração. Casamento perante autoridade diplomática ou consular. Casamento de estrangeiros. Casamento nuncupativo. Casamento in extremis. Casamento por procuração. Provas do casamento. Nulidade e anulabilidade do casamento. Casamento putativo. Deveres pessoais e patrimoniais. Usucapião familiar. Pacto antenupcial. Cláusulas de cunho pessoal e patrimonial. Alteração do regime de bens. Regimes de bens típicos e atípicos

Abril

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dra. Cristiane Albuquerque**

Atividade: **Live**

Tema: Comunhão parcial. Bens comunicáveis e incommunicáveis. Separação convencional e separação obrigatória. Comunhão universal. Participação final nos aquestos. Separação e divórcio. Dissolução da sociedade conjugal e dissolução do vínculo conjugal. Separação de fato e separação de corpos. Tentativa de reconciliação. Mediação e conciliação. Partilha de bens. Responsabilidade civil. Separação e divórcio extrajudicial.

Maior

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dra. Alinne Riege**

Atividade: **Vídeo**

Tema: Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022- Lei Henry Borel; Lei nº 13.431/de 04 de abril de 2017 – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Lei nº 14.022, de 7 de julho de 2020- Medidas de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; Lei nº 13.010/ de 26 de junho de 2014 – Estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Lei nº 13.185/ 06 de novembro de 2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)

Maio

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dra. Cristiana Viana- live**

Atividade: **Live**

Tema: União estável. Conceito e natureza jurídica. Contrato de namoro. Noivado. Deveres pessoais e patrimoniais dos conviventes. Contrato de convivência e regime de bens.União estável putativa. Conversão da união estável em casamento. Dissolução judicial e extrajudicial. Responsabilidade civil. União homoafetiva. Uniões simultâneas e poliafetivas. Efeitos previdenciários, familiarísticos e sucessórios. Concubinato. Uniões endogâmicas. Sociedade de fato.

Junho

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dra. Thalita Nascimento- vídeo**

Atividade: **Vídeo**

Tema: Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento da filiação. Presunções. Reprodução assistida. Embriões excedentários. Inseminação post mortem. Exame de DNA. Socioafetividade e multiparentalidade. Ação negatória de paternidade.Ação investigatória de paternidade. Ação de impugnação de reconhecimento.Responsabilidade civil entre pais e filhos. Responsabilidade por recusa ao reconhecimento da filiação. Responsabilidade por abandono afetivo.Responsabilidade civil dos pais perante os atos praticados pelos filhos. Alienação parental. Lei nº 14.340, de 18 de maio de 2022- Lei de Alienação Parental. Lei nº 13.845 de 18 de Junho de 2019- Lei para garantir vagas no

mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica;

Julho

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Raíza Fortunato**

Atividade: **Vídeo**

Tema: Poder familiar. Suspensão e perda do poder familiar. Guarda e visitação. Guarda unilateral. Guarda compartilhada. Guarda alternada. Guarda nidal. Visitação avoenga e de outros parentes. Adoção Requisitos. Efeitos pessoais e patrimoniais. Procedimento de adoção. Adoção de menores e de adultos. Adoção internacional. Adoção póstuma. Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017- Adoção; Lei Estadual nº 15.210 de 16 de julho de 2018- Programa de Guarda Temporária de Crianças e Adolescentes – Família Acolhedora;

Agosto

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dra. Ingrid Secco**

Atividade: **Artigo**

Tema: Abrangência dos alimentos. Alimentos congruos e naturais. Pressupostos. Critérios de fixação. Espécies de alimentos. Alimentos gravídicos. Intransmissibilidade e irrenunciabilidade do débito alimentar. Irrepetibilidade dos alimentos. Outras características do direito a alimentos. Alimentos aos descendentes. Alimentos aos ascendentes. Alimentos entre irmãos. Alimentos no casamento e na união estável. Alimentos no concubinato. Revisão e exoneração alimentar. Hipóteses legais de perda do direito a alimentos. Processualística da execução de alimentos no novo CPC. Prisão civil.

Setembro

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dra. Alinne Rieger**

Atividade: **Vídeo**

Tema: Bem de família. Bem de família no Código Civil e na Lei 8.009/90.

Impenhorabilidade: exceções. Súmula 364 do STJ e seu alcance. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e suas implicações no direito de família. Interdisciplinaridade. Psiquiatria, psicologia, antropologia e sociologia. A evolução da família no direito romano. História do direito de família no Brasil. Mediação. Psicanálise aplicada ao direito de família.

Outubro

Será(ão) desenvolvido(s) o(s) tema(s) abaixo:

Membro responsável: **Dr. Bruno Lima**

Atividade: **Live**

Tema: Direito à herança. Sucessão legítima e testamentária. Abertura da sucessão. Lei vigente e capacidade para suceder. Transmissão e administração da herança.

Indivisibilidade da herança. Cessão de direitos hereditários. Responsabilidade limitada às forças da herança. Petição de herança. Aceitação e renúncia da herança. Herança jacente e herança vacante. Herança digital. Proteção de dados pessoais. Herdeiros necessários.

Sucessão do nascituro e do concepturo. Exclusão por indignidade. Legítima. Doação e adiantamento de legítima. Cálculo e colação. Direito de representação. Premoriência e comoriência. Ordem de vocação hereditária. Sucessão do cônjuge e do companheiro.

Sucessão dos descendentes. Sucessão dos ascendentes. Sucessão dos colaterais.

Capacidade testamentária. Formas de testamento. Codicilo. Interpretação das disposições testamentárias. Cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade. Redução, invalidade, revogação e rompimento do testamento.

Deserção. Espécies de partilha. Sonegados e sobrepartilha. Colação. Anulação da partilha. Partilha extrajudicial. Bens no exterior. Procedimento de inventário e partilha no CPC/15. Planejamento sucessório